

2ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins/Araguaia – CPG Norte 2016

DATA	HORÁRIO	LOCAL
25 e 26 de agosto de 2016	O dia todo	Auditório do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Pontos de Pauta	<p style="text-align: center;">AGENDA ADMINISTRATIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura da 2ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins/Araguaia – CPG Norte. • Diretrizes para Regimento Interno do CPGI Norte. • Instituição do SCC - lista de especialistas indicados, critérios de seleção e definição de data para a primeira reunião. • Encaminhamentos. • Encerramento. <p style="text-align: center;">AGENDA DE ORDENAMENTO PESQUEIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos resultados e encaminhamentos do Comitê de Gestão para o Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica – CGSBA-IBAMA. • Revisão normas de defesos - definição do plano de trabalho e informe dos resultados do workshop com especialistas em 2015. • Revisão Normas de Defesos: <ul style="list-style-type: none"> – Apresentação dos resultados do workshop realizado em Manaus/2015 – ICMBio. – Passos para revisão da Portaria IBAMA nº48/2007 - Bacia Amazônica. • Apresentação MMA a respeito do Processo referente à Portaria MMA nº 445/2014. <ul style="list-style-type: none"> - Lista das espécies ameaçadas. - Informe sobre a lista de espécies ameaçadas relacionadas com o CPG. • Acordos de Pesca <ul style="list-style-type: none"> – Apresentação do Panorama atual em relação aos Acordos de Pesca Vigentes/MAPA. – Passos para a Revisão da Instrução Normativa IBAMA nº 29/2002. • Temas de ordenamento específicos - Grupos de Trabalho ou Câmaras Técnicas <ul style="list-style-type: none"> - CT Ornamentais.
------------------------	---

Dia 25.09.2016

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: desejou bom dia e boas vindas a todos e em seguida convidou o Secretário de Aquicultura e Pesca/SAP Sr. Dayvson Franklin de Souza, o Diretor de Planejamento e Ordenamento da Pesca/DPOP Sr. Sami Pinheiro de Moura e o Sr. Roberto Ribas Gallucci/Ministério do Meio Ambiente/MMA para comporem a mesa.

Sr. Sami Pinheiro/SAP/MAPA: deu bom dia todos e explanou um pouco a respeito dos Comitês Permanentes de Gestão/CPG's, informou que o Secretário Sr. Dayvson devido às demais demandas da

Secretaria iria fazer a abertura da reunião e em seguida os trabalhos seriam conduzidos pela DPOP.

Sr. Dayvson Franklin/SAP/MAPA: desejou bom dia e boas vindas a todos, em seguida agradeceu ao Sr. Sami/SAP/MAPA, saudou os demais integrantes da mesa, falou do desafio não só no ordenamento do setor, mas da confluência de ações entre o MMA e o MAPA, através da SAP. Pediu desculpas a todos por não poder ficar um pouco mais, colocou o gabinete da SAP a disposição e finalizou explanando que o desafio é grande após a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA, mas retomar o crescimento do setor, reorganizar ações, os projetos que estão parados é compromisso da SAP/MAPA.

Sr. Sami Pinheiro/SAP/MAPA: agradeceu ao Sr. Secretário, em seguida parabenizou as entidades civil organizada e entidades públicas por estarem presente na 2ª reunião Ordinária do CPG Norte, ressaltou que o foco da reunião será maior para a Bacia Amazônica. Prosseguindo solicitou a Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA que realizasse a leitura dos nomes dos membros e finalizou agradecendo a presença da CGU por estar presente na reunião.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: antes de realizar a leitura dos nomes dos membros passou a palavra para o Sr. Roberto Gallucci/MMA.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: deu bom dia a todos e falou que ia ser breve, pois a reunião já estava um pouquinho atrasada. Explanou que é um momento bem oportuno, pois faz quase um ano que o CPG foi criado, na época junto com o extinto MPA. Explanou ainda, na retomada de uma agenda relativamente extensa e que ficou de certa forma estagnada por muitos anos, pelo fato de estarmos falando da maior região hidrográfica brasileira, uma das maiores do mundo, então o desafio de conduzir a gestão pesqueira, a conservação dos estoques e conciliar com o melhor rendimento da produção pesqueira, com o atendimento das demandas dos diversos setores, com as suas especificidades, é um desafio. Finalizou falando da sua felicidade com a retomada das atividades do CPG Norte agora conjuntamente com o MAPA e explanou que espera contar com a colaboração de todos e agradeceu.

Sr. Sami Pinheiro/SAP/MAPA: agradeceu ao Sr. Roberto Gallucci/MMA e pediu desculpas por ter passado a oratória antes a Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explanou que para não alongar muito no tempo iria realizar a leitura dos nomes dos membros presentes de acordo com a lista de participação, ressaltou que a maioria dos membros estava presentes, em seguida iniciou a leitura dos nomes dos representantes do governo federal, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento/MAPA/SAP: Sr. Dayvson Franklin de Souza, Sr. Sami Pinheiro de Moura, Sr. Kelven Stella Lopes, Sra. Jeanne Gomes da Silva e Sr. Ana Maira Bastos Neves; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações/MCTIC: Sr. Felipe Moraes Santos; Ministério da Defesa/MD: Capitão-de-Fragata Teresa Cristina Cavalcanti Soares; Ministério do Meio Ambiente/MMA: Sr. José Renato Legracie Júnior, Sr. Vinicius Scofield Siqueira e Sr. Roberto Gallucci; IBAMA: Sra. Brenda Santos Morais; ICMBio: Sr. Urbano Lopes da Silva Junior. Representantes dos governos estaduais: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca do Pará/SEDAP: Sr. Ediano de Souza Sandes; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia/SEDAM: Sra. Marli Lustosa Nogueira; Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas/SEPROR: Sr. Radson Rogerton dos Santos Alves. Representantes da sociedade civil organizada: Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia/ABLA: Sr. Ricardo Dias dos Santos; Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais do Pará/ACEPO-PA: Sr. Koji Takemura; Associação Brasileira das Indústrias de Pescados/ABIPESCA: Sr. Paulo Gustavo Cruz Sampaio; Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva/ANEPE: Sr. Marcos Vinicius Glueck; Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores/CNPA: Sr. Walzenir Oliveira Falcão; Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura/CONPEPE: Sr. Carlos Edwar Carvalho Freitas; Ação Ecológica Guaporé/ECOPORÉ: Sr. Suelen Taciane Brasil; Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil/FAEP/BR: Sr. Alberto Furtado Martins Júnior e o Sr. Geraldo Bernadino e Organização das Cooperativas Brasileiras/OCB: Sr. Raimundo Reis Nobre. Prosseguindo a Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA informou que o Sr. Raimundo de Oliveira Queiroz da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros/CONFREM estaria presente amanhã na reunião, agradeceu a presença da CGU e do Ministério do

Trabalho que solicitaram convites e se fizeram presentes, falou que determinados membros suplentes vieram participar da reunião como ouvintes. Dando seguimento perguntou se todos haviam recebido a pasta com a programação, os membros responderam que sim, então iniciou as atividades com a leitura da programação e os temas de pauta que serão discutidos na reunião. Explanou que se os membros considerassem melhor alterar algum ponto em relação a questão do horário, caso tivessem sugestão, que ficasse à vontade. Prosseguindo realizou a leitura da agenda administrativa que seriam as diretrizes para o Regimento Interno do CPG, explicou que há uma Minuta, mas que não será discutida nessa reunião irá apresentar a Minuta e encaminhará para as considerações e na próxima reunião o Regimento será aprovado, pois assim os membros terão tempo para ler e analisar com calma e realizarem as suas considerações. Quanto à instituição do Subcomitê Científico/SCC, explanou que há uma lista com os nomes dos especialistas que poderão vir a compor o SCC, explicou que os nomes foram definidos através da chamada de currículos realizada em 2015 pelo MPA e com indicações do MMA, que foram utilizados determinados critérios para chegar à lista que será apresentada hoje, mas que ainda não será definitiva, pois há necessidade de mais uma análise no sentido que o SCC tenha especialistas de todos os Estados que compõem o CPG, explanou que a Bacia Amazônica trata-se de um contexto bem amplo, essa primeira parte será tratada pela manhã e após o almoço terá continuidade com a parte de ordenamento e em seguida será a apresentação dos resultados e encaminhamentos do Comitê de Gestão para o Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica/CGSBA apresentação que o Sr. José Dias/IBAMA irá realizar.

Sr. José Dias/IBAMA: solicitou que a apresentação fosse realizada hoje pela manhã, pois estar como convidado veio apenas apresentar o histórico do CGSB, submeteu a solicitação aos membros do CPG.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: perguntou aos membros do CPG se estavam de acordo com a solicitação do Sr. José Dias/IBAMA, os membros falaram que sim. Dando prosseguimento sugeriu que após a apresentação fosse realizada a discussão a respeito das normas de defeso e a apresentação do Sr. Urbano/ICMBio referente aos resultados do workshop realizado em Manaus/AM, após a apresentação a sugestão é tentar construir espaços para discussão em relação, como o CPG irá trabalhar em relação a revisão dos defesos principalmente da Portaria IBAMA nº 48/2007. Para o dia de amanhã, parte da manhã será realizada a apresentação do Sr. Vinicius Scofield/MMA, a respeito do processo recente em relação à Portaria MMA nº 445/2014, a lista das espécies ameaçadas, fazer uma contextualização como se encontra a situação e as discussões que estão ocorrendo em relação a tal questão. Continuação em relação ao ordenamento pesqueiro, explanação a respeito dos acordos de pesca e a revisão Instrução Normativa IBAMA nº 29/2002. À tarde serão tratados temas específicos, como a criação de grupos de trabalhos, no caso dos ornamentais a criação de uma Câmara Técnica e o último item seria em relação ao manejo do pirarucu. Prosseguindo explanou que essa será a pauta para os dois dias de reunião do CPG, perguntou aos membros se estavam de acordo com a pauta e a programação apresentada os membros responderam que sim.

Sr. Sami Pinheiro/SAP/MAPA: falou aos membros que os dois dias de reunião serão flexíveis nas discussões e, portanto, se tiverem algum ponto que os membros quiserem antecipar ou deixar para fazer a discussão depois poderá ser ajustada.

Sr. Radson Alves/SEPROR: explanou em relação à pesca amadora, perguntou como ela ficará no rio Jauaperi/Am, como incluir em um grupo, sugeriu que seria interessante trabalhar essa questão.

Sr. Geraldo Bernardino/ FAEP/BR: falou que pode ser interessante colocar os ornamentais e a pesca amadora, como mais abrangente e específica em uma Câmara Técnica.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explanou que quando chegar nesse ponto de pauta será retomada a discussão.

Sr. José Dias/IBAMA: sugeriu que em algum momento o MAPA apresente qual é a estrutura dos Comitês e o que faz parte dos Comitês, o Comitê tem na sua estrutura o Subcomitê Científico e de Acompanhamento, as Câmaras Técnicas e os Grupos Estaduais, pediu desculpas caso o MAPA vá apresentar e ele ter antecipado.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: falou que determinados membros que estão hoje na reunião não participaram da 1ª reunião ordinária do CPG, na 1ª reunião foi realizada apresentação em relação à estrutura do CPG, mas que irá apresentar novamente. Explicou que para a composição do CPG Norte, os nomes dos membros representantes das instituições do governo e os representantes da sociedade civil foram publicados na Portaria MAPA nº 161/2016, encaminhada via e-mail junto com o convite para a 2ª reunião ordinária do CPG. Falou ainda, que o Sr. José Dias/IBAMA adiantou que o CPG será composto pelo Subcomitê Científico e o Subcomitê de Acompanhamento. Explicou que no momento o CPG encontra-se na fase de discussões das diretrizes para elaborar o Regimento Interno do CPG, o mesmo será elaborado pelos membros do CPG, de forma participativa e integrada visando à aplicabilidade das disposições que devem conter, como é de praxe dos regimentos, a composição, o funcionamento, a apresentação, a competência, as disposições gerais e transitórias. Explanou também sobre as diretrizes básicas da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 05/2015, que regulamentou o Sistema de Gestão Compartilhada, a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 11/2015 que criou o Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins/Araguaia – CPG Norte. Prosseguiu explanando a respeito do Regimento Interno que deverá ser aprovado na próxima reunião, sugeriu encaminhar a Minuta para os membros realizarem suas considerações, sugeriu ainda, estabelecer conjuntamente com os membros um prazo para devolutiva dos membros.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: respondeu perfeito, normalmente fazemos assim, é de praxe.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: perguntou qual o prazo para os membros encaminhar a devolutiva com as suas considerações, sugeriu 10 ou 15 dias.

Sr. Sami Pinheiro/SAP/MAPA: sugeriu 15 dias, mas salientou que se der para encaminhar antes, melhor.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explanou que irá encaminhar a Minuta, prosseguiu falando a respeito do Subcomitê Científico e do Subcomitê de Acompanhamento, explicou que de acordo com a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 11/2015 que criou o CPG, capítulo III, no artigo 10, encontra-se o Subcomitê Científico/SCC e suas competências. Explanou ainda, que iria ater-se aos parágrafos 2º e o 3º da Portaria, explicou que o Subcomitê Científico será integrado por pesquisadores e especialistas de notório saber, na área de que trata a referida Portaria Interministerial, parágrafo 3º, os membros do Subcomitê Científico serão indicados por qualquer membro do CPG Norte, aprovados na Comissão Técnica de Gestão Compartilhada/CTGP e nomeados por ato administrativo MAPA. Explicou também, que em relação ao Subcomitê Científico será fechar o número de especialistas, o quantitativo de membros será de 20 especialistas. Explanou também, que em 2015 o MPA realizou uma chamada de currículos, alguns especialistas encaminharam os seus currículos e a indicação para qual CPG gostaria de participar do SCC. Explicou que no caso do CPG Norte no primeiro momento havia uma lista com 45 especialistas e que após a aplicação dos critérios ficaram 23 nomes. Explicou que os nomes serão validados conjuntamente com os membros do CPG que também podem também indicar especialistas.

Sr. Sami Pinheiro/SAP/MAPA: falou que tudo o que for discutido será disponibilizado para cada um dos membros.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: lembrou aos membros do início da reunião que a lista com os nomes dos especialistas será definida conforme os critérios estabelecidos à sugestão é que fiquem 20 nomes. Explanou que os membros terão acesso a lista e aos critérios, ressaltou o cuidado em abranger as bacias como um todo, que a visão deve ser holística na hora de definir os especialistas para o SCC.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: explanou que já foi pensando basicamente em alguns critérios para fazer uma seleção dos nomes prioritários. Explanou ainda, como a Jeanne mostrou desde o ano passado, foi feita uma consulta, principalmente a Sociedade Brasileira de Ictiologia, e refizemos a consulta esse ano para atualizar as indicações, e então assim, num primeiro momento, as indicações foram abertas, qualquer interessado desde um mestrando até um doutor com várias publicações científicas se

apresentaram e por outro lado também identificou no CEPAM, o Sr. Urbano/ICMBio, enfim, outras instituições parceiras, procurou-se identificar nomes que também são reconhecidos na área de conhecimento sobre ictiofauna, de gestão pesqueira em toda a região geográfica amazônica.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explicou que estão atentos na definição dos nomes, pois não é só da parte da ictiologia, o cuidado de pegar especialistas da parte da socioeconomia, pois a discussão não pode pender só para um lado. Falou do cuidado de olhar os currículos, pois tem que ter esse olhar também da parte da socioeconomia pesqueira, para deixar equilibradas as discussões.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: falou da região amazônica, que há determinadas instituições de pesquisa que já estão estabilizadas, inclusive tem projetos, etc, que a área de abrangência é a bacia amazônica.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: explicou que os critérios aplicados foram: produção científica, para avaliar o quanto de conhecimento o pesquisador tem, a área de atuação do pesquisador. Explicou que a Jeanne também comentou a questão da área de atuação de socioeconomia é uma das áreas consideradas além da área da biologia, ictiologia, recursos pesqueiros e gestão pesqueira também. A localização da produção científica ou da atuação desse pesquisador para abranger a maior equitatividade possível do SCC. Que todos os Estados que compõe as bacias hidrográficas do CPG sejam representados, a experiência dos pesquisadores com a questão da gestão pesqueira, essas informações foram identificadas, e existe um número de potenciais candidatos maior do que o número que deverá efetivamente compor o SCC, pelo menos o núcleo do SCC. Explicou que terá que se estabelecer uma priorização e em encaminhar os critérios, as informações levantadas. Em ralação a fala do Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR a questão das instituições que são as que mais produzem conhecimento na bacia amazônica, isso de certa forma já está contemplado, porque foi realizada essa identificação ligada a essas instituições.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explicou que quando os membros receberem a planilha irão verificar que em relação à área de atuação e a questão das instituições já estão contemplados, ressaltou que mesmo fechada a lista com os 20 especialistas, se por ventura tiver que discutir determinado tema, e um especialista que tem inúmeras publicações e tenha mais conhecimentos naquela temática, poderá vir a participar da reunião como convidado.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: falou que os especialistas de humanas são minoria na lista, tem entre 6 ou 7, sugeriu pensar nessa priorização já em blocos, para que os especialistas em socioeconomia tenham o espaço reservado, então a escolha seria dentre aqueles que estão na lista, para não correr o risco de todos estarem no bolo, na biologia poderia fazer uma peneira mais fina.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: falou que a consideração do Sr. Urbano/ICMBio é bem interessante, pois também havia observado isso, e que no caso da área de biológicas será mais difícil a definição e de fato seria interessante pensar no grupo da parte de humanas.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: explicou, uma coisa é um especialista que tem uma pesquisa pontual lá no rio Branco na pesca de Roraima, outra coisa quem tem uma experiência sistemática, continuada, naquele lugar, só o especialista tem a informação, ele não precisa ser membro, poderá ser convidado e mandar a informação. Explicou ainda, outra coisa é quem tem um *background* para realmente fazer uma discussão acumulada do assunto no contexto da bacia, portanto, só o fato do especialista ter informações de determinada bacia hidrográfica isso não o qualificaria.

Sr. Kelven Lopes/SAP/MAPA: concordou com o Sr. Urbano e falou que o CPG é o centro, do SCC, que vai aportar os subsídios para o CPG, nada impede de convidar *ad hoc* pesquisadores e detentores de conhecimento específico.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: sugeriu que de forma similar ao que foi encaminhado em relação ao regimento interno, que se estabeleça um prazo para receber os comentários e sugestões dos membros do CPG, pois certamente terão várias demandas e o SCC deve se debruçar para que o CPG possa então

voltar a tratar de uma maneira com embasamento científico e tentar concluir algumas discussões. Explicou que a questão do SCC é central, porque não só nesse, mas em todos os comitês de gestão pesqueira, a gestão deve se pautar pela informação científica, que a informação também tem os aspectos econômicos, como a Jeanne levantou, mas é sempre essa informação que deve pautar as melhores recomendações em relação à sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: falou que o CPG precisa dos especialistas para poder ter aporte de informações para revisar as normas, não só as normas de defeso, mas também as normas de regra gerais das bacias.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: questionou se os nomes seriam definidos hoje.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explanou que serão discutidos e analisados os nomes indicados hoje e se for possível validada amanhã.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: falou que após a aplicação dos critérios a lista prioritária ficou com de 23 nomes, ressaltou que há especialistas que são candidatos potenciais, entretanto, não foram consultados ou manifestaram interesse em participar do SCC.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: explanou, que as indicações que o CEPAM/ICMBio passou foram todas informadas e confirmadas. Mas a questão é o convite formal do Comitê, eles vão responder, mas alguns mudaram de residência, foram para o exterior temporariamente.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: sugeriu ver as outras sugestões e que voltasse a tratar desse assunto se for possível no primeiro item de pauta amanhã, ou apresentar uma lista mais curta talvez hoje se der tempo ao final da tarde.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: falou que seria organizada a lista prévia, que será apresentada no fim da tarde, se não der tempo de organizar, então será apresentada amanhã no primeiro horário. Prosseguindo, explanou que o Subcomitê de Acompanhamento, conforme o artigo 11 da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 11/2015 e o artigo 12, que trata da composição, os membros serão designados por ato administrativo e serão de instituições de governo, sendo um do MAPA e três representantes da Sociedade Civil Organizada. Os representantes do Governo e da Sociedade Civil Organizada serão indicados e aprovados pelo CPG. Prosseguindo com a pauta chamou o Sr. José Dias/IBAMA para a apresentação referente ao Comitê de Gestão para a Bacia Amazônica.

Sr. José Dias/IBAMA: desejou bom dia a todos e explicou que iria realizar apresentação da experiência do ano de 2006 da instalação de um Comitê de Gestão para a Bacia Amazônica, que esse processo de comitês de gestão, iniciado em 2004 no Brasil, foi uma constatação de que era necessário envolver os seguimentos de usuários no processo de discussão e definição das regras de uso. Porque esse é um problema que é muito comum no Brasil ter regras relativamente boas, mas que não são aplicadas efetivamente. E costuma-se dizer que foram feitas entre quatro paredes etc, então os comitês vieram nessa perspectiva de ser um instrumento, um *locos* paritário entre usuários e representação do Estado para ver e dar forma ao processo de gestão e definição das regras de uso para determinadas pescarias e/ou bacias. Nas bacias, no passado as regras eram feitas como uma coxa de retalhos, a bacia amazônica tinha várias regras que não se conectavam e de difícil implementação. Percebeu-se que era necessário pensar-se uma unidade de gestão, no caso bacia hidrográfica e a partir daí definir regras que fossem o mais comum possível para que ficassem mais fácil. A partir de 2003 para 2004, o IBAMA começou a fazer a criação desses comitês, começando com a pesca marinha e depois passou para os comitês por bacia e foi instituído em 2006, o da bacia Amazônica e da bacia do São Francisco. No caso da bacia Amazônica, que agora está um pouco ampliada, a dificuldade fica maior no meu ponto de vista, porque se juntou a bacia Amazônica com a Tocantins/Araguaia fica um comitê bastante robusto no que lhe diz respeito a sua missão. A estrutura do comitê de gestão da bacia amazônica já era, mais ou menos, parecida a concepção de então foi aprimorada pelo MPA e MMA nesse processo de retomada dos comitês de gestão. O subcomitê científico, naquela época foi composto por 12 especialistas e o subcomitê de acompanhamento. Era previsto grupos de gestão por unidades da federação, tem muitas

especificidades que só localmente se tratará com maior profundidade. Tais questões ocorreram entre 2008 e 2009, em 2009 surgiu o MPA e a competência saiu do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA estava conduzindo isso e tudo parou. Identificávamos na época que as regras gerais para pesca na bacia amazônica estava com problemas, então na segunda reunião do comitê de gestão, foram feitas adequações, mas os problemas eram tamanho e o subcomitê científico não teve como dar as respostas, foi delineada uma minuta que depois em 2009 parou, mas em 2011 e 2012 o próprio MPA junto com o IBAMA resgataram isso e novamente não chegou ser publicada uma revisão. Tocantins/Araguaia até houve uma atualização em 2013, mas a Amazônia não houve. O grande esforço foi de consolidar a regra de defeso numa única medida identificamos que têm muitos problemas. Terminei agora esse ano de análise dos defesos no Brasil, todos, e os benefícios ambientais que isso gerou ou não. Mas têm outros trabalhos, um dos especialistas que aqui está indicado, fez um trabalho do uso do seguro defeso na bacia Amazônica, é da área de socioeconomia que vai apresentar certamente na primeira reunião do subcomitê científico. Então essas questões dos defesos devem ser atacadas urgentemente e certamente nós teríamos alternativas para solucionar essa questão. Obrigado! Fico a disposição para algum esclarecimento.

Sr. Dilcyo Porto/ACEPO-PA: explanou que sua pergunta era extensiva, que ficou uma dúvida ou desconhecimento aparentemente o ambiente que temos hoje é muito mais complexo do que era naquele momento, e apesar de termos especialistas com grau de profundidade me parece elevado, isso exigirá novas pesquisas, certamente exigirá novas pesquisas, temos orçamentos para isso? Porque estamos falando de voluntariado, voluntariado naquele quesito da pessoa, do conteúdo do seu conhecimento, mas para essas novas pesquisas têm orçamento para isso? Temos alguma linha de crédito para isso?

Sr. José Dias/IBAMA: respondeu o que acontece em termos de dificuldade de voluntariado? É claro que as pessoas que vão integrar o subcomitê científico vão disponibilizar de toda informação que eles publicaram, portanto, fundamental a necessidade de sistematizá-lo. A ideia é que se viabilize essa junção de diagnósticos, apesar de simples, mas é difícil. Pois necessita de consultor para sistematizar as informações. Do ponto de vista da pesquisa, seria uma estrutura com parcerias via Centro de Pesquisa da Amazônia/CEPAM, INPA Museu Goeldi da Universidade da Amazônia, Universidade do Pará, essas instituições seriam instadas para trabalhar em conjunto, eles têm os orçamentos próprios e o CNPQ, nós complementaríamos na busca dessa solução. E o nosso polo congregador desse processo era ou é, do ponto de vista ainda institucional, o CEPAM.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: falou, era o que deixou de ser e está tentando a voltar a ser.

Sr. José Dias/IBAMA: respondeu, tentando voltar a ser, então existem ferramentas que podem, não necessariamente com muito recurso, agora tem que se ter a visão, a prioridade e disposição de fazer, isso não é tão simples, é um problema, temos que enfrentar, acho que o MAPA junto com o MMA, IBAMA, ICMBio podem continuar nesse processo e é uma questão de articulação e prioridade, não é fácil, mas há caminhos.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: perguntou sobre a unidade de gestão e falou que está tendo um problema seríssimo, não só a nível de bacia Amazônica, como a nível de Governo. Pois se você está lá no Ministério da Integração Nacional, a unidade de gestão é o arranjo produtivo local, se você vai lá no MMA a unidade de gestão é a bacia hidrográfica, se você chega no MAPA a unidade de gestão é a cadeira produtiva, que aqui dentro da discussão do Estado está sendo assim, e se você chega lá no MDA, que agora está extinto, a unidade de gestão é um território. E aí você tem para a mesma região políticas totalmente diferentes porque as unidades de gestão são diferenciadas. E a pergunta seria a seguinte temos observado isso, botam a bacia Amazônica como unidade gestão, e observamos hoje que na verdade parece não é a bacia hidrográfica, o Estado hoje parece ser mais forte do que a bacia hidrográfica, por exemplo: daqui para cá é o Estado do Amazonas, daqui para cá é o Estado de Rondônia, daqui para cá é o Estado do Pará, temo o comportamento das espécies, gostaria perguntar o seguinte, essa é a primeira coisa que nós temos que discutir aqui, como ter um comitê para a bacia Amazônica tendo a unidade de gestão a bacia? Vai ser a bacia a unidade de gestão? Porque na verdade hoje Amazônica cada Estado tem a sua regra, e nós estamos observando que o lado político ou então o lado estrutural, às vezes a falta de informação é muito mais importante essa coisa, como é que o Ministério vai exigir? Com relação a

pesca? Nós vamos usar como a unidade de gestão a bacia hidrográfica e não o território, e não a cadeia produtiva.

Sr. Sami Pinheiro/SAP/MAPA: respondeu, sim Geraldo a visão do Ministério é trabalhar a bacia, isso já trabalhávamos a tempos atrás, já com certeza o foco da discussão será na bacia e não nos Estados, os Estados inseridos na bacia, ai sim.

Sr. José Dias/IBAMA: explanou, Geraldo você tocou em um ponto muito sensível, essa é grande discussão que tem que amadurecer. Por isso a ideia do plano de gestão, do glossário do plano de gestão, para que esses conceitos ficassem cristalizados, é unidade de gestão é a bacia? É a sub-bacia? É o Estado? É a pescaria? É a atividade ornamental? É a atividade esportiva? Isso é fundamental, mas o transporte lá é fluvial, o que acontece no Pará e no Amazonas se não tiver um contexto de visão holística, não tem como fazer gestão. Porque foi pescado o tambaqui aonde? Foi pescado o jaraqui aonde? É se debruçar na realidade, esse negócio de regras estaduais vírgula, as regras da União não podem ser confrontadas com regras estaduais específicas, elas podem ser mais restritivas. Veremos que o recurso migra, que o que acontece no Pará pode estar acontecendo, em termos da ecologia do bicho, também no Amazonas, não ver isso e patentear regras comuns, pode ter especificidades, mas nós corremos o risco de ter regras que são infiscalizáveis, inaplicáveis do ponto de vista que se for fiscalizar, é o tal negócio, o peixe vem de barco e aí? Onde foi pescado? Vamos ter que descobrir uma alternativa de forma que tenham regras que sejam aplicáveis. Então em síntese, voltando a sua questão fundamental, a unidade de gestão pode ser uma bacia, no caso da Amazônia pode ser por subáreas? Mas subáreas que tenham consistência e coerência e que nós tenhamos controle mínimo do fluxo de processos de produtos nessas áreas.

Sr. Carlos Edwar Carvalho/CONEPE: bom dia! Carlos Freitas, professor da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, complementando a sua fala, são duas coisas, pesquisadores de um modo geral estão acostamos a trabalhar como voluntários gostamos de consultarias nós trabalhamos como voluntários como rotina e existem duas formas, na realidade vocês do Ministério conhecem isso, de trabalhar, existem questões aplicadas que são possíveis trabalhar inclusive com parcerias que vocês tem para perguntas específicas, eu lembro que foi feito alguma coisa no sentido de diagnosticar a capacidade de pesquisa instalada na região amazônica, é uma pesquisa rápida instalada. Existem coisas de longo prazo, e vocês também estão acostumados, saíram vários editais CNPQ, há algum tempo atrás com aporte de recursos do extinto Ministério da Pesca para pesquisa de longa duração. Então o que acredito é que o Subcomitê Científico e mesmo esse comitê podem em determinado momento elencar questões que precisam ser respondidas e ao mesmo tempo definir se elas podem ser respondidas com questões de curto prazo, perguntas bem aplicadas só com o conhecimento já existente ou se precisam demandar pesquisas mais longas, acho que isso pode ser definido. Importante também ser considerado que haja um órgão talvez na região que possa servir como repositório de dados, de informações, muito mais do que o órgão executivo como é o Ministério, talvez o setor então tenha a característica apropriada para fazer esse papel. Talvez nessa discussão do Subcomitê Científico tenha um órgão que funcione como repositório de dados, importante que tenha um provedor que mantenha os dados disponíveis para diversos pesquisadores, muito interessante para evitar que cada pesquisador continue com seu banco de dados e eles não conversem entre si para futuras consultas. Aproveito que estava aberto a indicações, eu acho que o Urbano/ICMBio deve participar do Subcomitê Científico, ele tem uma experiência bastante longa de Amazonas e aproveitaria o fato de CEPAM, caso isso seja encaminhado, de funcionar como órgão repositório.

Sr. José Dias/IBAMA: explanou, assim como o Comitê de Gestão tem uma coordenação que é do MAPA, os subcomitês têm também os seus coordenadores, nesse caso, vindo a calhar a sua sugestão, o pesquisador que está lá como pessoa mais vinculado a instituição, nesse caso o CEPAM, ele poderia a passar a ser o repositório desse banco de informações e a partir do aí alimentar as reuniões do subcomitê científico naquilo que é, depois os pares definem quem vai ser o coordenador.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: falou, só para situar o CEPAM foi concebido para isso, no final do PROVÁZEA, o CEPAM foi concebido como um centro para dar continuidade institucional para as decisões aprendidas do PROVÁZEA. Em 2010, com mudanças no ICMBio mudou a configuração para

abracar a biodiversidade etc, descaracterizou um pouco a visão original, só que em meados do ano passado, por ocasião de mudança na presidência retomou o foco, pois não tinha como abracar toda biodiversidade da Amazônia, mas até a expertise que está instalada lá é uma expertise aquática, biodiversidade aquática, então aos poucos está sendo retomando, particularmente o monitoramento da biodiversidade aquática amazônica e continental também a nível nacional.

Capitão-de-Fragata Sra. Teresa Cristina Cavalcanti/MD: perguntou, só um detalhe, no caso esse banco de dados funcionaria como uma plataforma, que poderia ser alimentada, atualizada e coordenada pelo CEPAM.

Sr. José Dias/IBAMA: respondeu, a ideia é essa, agradeço e fico à disposição.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: agradeceu ao Sr. José Dias/IBAMA pela apresentação e falou que o que foi feito em relação aos CPGs foi um aprimoramento em relação ao que eram os Comitês da bacia Amazônica e do São Francisco. Explanou que na primeira reunião do CPG foi realizada discussão em relação à unidade de gestão, surgiram determinadas sugestões sobre bacias. Sugeriu que seria mais interessante trabalhar a questão do ordenamento pesqueiro pensando no contexto de sub-bacias, pois bacia Amazônica e Araguaia/Tocantins por sua amplitude ser discutida como uma única unidade de gestão seria complicado, então a solução mais viável seria trabalhar as sub-bacias, até pela questão de facilitar o trabalho do especialista. Mas precisa ser discutido no Subcomitê Científico para melhor definida tal questão.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: explanou que no Amazonas há o problema com os países fronteiriços, que é problemático. Pela linha imaginária no meio do rio, de um lado o Estado do Amazonas e do outro o Peru. E tem outro fato que é o problema da pesca clandestina, um exemplo da pesca ilegal do aruanã. Um negócio que está envolvido um monte de coisa, que não envolve somente o aspecto de bacia hidrográfica, mas o aspecto de segurança nacional.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explanou pausa para o almoço e quando retornamos vamos direto para as discussões para evoluirmos na pauta.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: boa tarde, vamos retornar a lista dos especialistas que porventura virão a compor o SCC, esses foram os critérios da seleção o SCC a partir do qual foi proposto pelo MMA e MPA. Então o primeiro item, atuação do profissional na unidade de gestão, seja região, pescaria-alvo etc referente ao CPG Norte. Item 2, vínculo atual com instituição atuante em pesquisa pesqueira na abrangência do CPG Norte. Item 3, experiência do profissional em gestão pesqueira, avaliação de estoque e/ou ecologia e biologia da conservação de espécies e ecossistemas impactados pela pesca. Item 4, produção técnica e científica total especialmente em temas relacionados ao escopo do CPG Norte, referente a atividade geográfica em cada nas bacias norte, o ideal seria ter pelo menos um em cada Estado ou nas sub-bacias conforme for definido essa questão da unidade de gestão ou sub-região geográfica. Passamos para vocês a listagem com os 43 nomes no intervalo do almoço realizamos o filtro e chegamos na lista com os seguintes nomes: Lisandro Juno/UFAC; Carlos Edwar/UFAM; Efrem Jorge Ferreira/INPA; Jansen Zuanon/INPA; Maria Angélica Correa/UFAM; Mário César Ribeiro/IBGE; Mauro Ruffino/GSA; Vandick Batista/UFAL; Urbano Junior/ CEPAM/ICMBio; Julio Oliveira/UNIFAP; Mauricio Abdon/IEP; David, da UFOPA; Keid/UFOPA; Leandro de Sousa/UFPA; Oriana Almeida/UFPA; Ronaldo Barthem/MPEG; Victoria Isaac/UFPA; Carolina Doria/ UNIR; Igor Costa/UNIR; Elineide Marques/UFTO; Miguel Petrere/UFSCAR; e Renato Martins/UFGRS. Foram esses os nomes até agora listados, o que nós observamos em relação à questão de Estados, ficou de certa forma bem representado e se vocês forem olhar na listagem e nos currículos também ficou bem abrangente. Essa lista ainda é preliminar, nós passamos essa listagem para vocês para que vocês possam fazer as considerações de vocês em relação aos nomes para que possamos definir qual será a lista definitiva com os nomes dos especialistas.

Sr. Paulo Gustavo Cruz/ABIPESCA: perguntou, essa é a lista total?

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explicou que na primeira lista havia 44 especialistas, o MAPA

realizou uma filtragem e ficaram 17 especialistas. O MMA também realizou uma filtragem e tiveram ainda alguns nomes de especialistas que sinalizaram interesse em participar do SCC. Compara-se as duas listas do MAPA e do MMA, verificou-se o que foi consenso nas duas e resultou nessa lista que foi apresentada.

Sr. Paulo Gustavo Cruz/ABIPESCA: agradeceu pelos esclarecimentos, explanou a respeito da questão da gestão dos recursos pesqueiros das bacias do norte, explanou ainda dos empecilhos para o aproveitamento econômico mais eficiente, falta de uma indústria bem estruturada. Um dos grandes dificultadores da indústria é a questão da regulamentação sanitária. Sugeriu que fosse incluído no SCC especialistas da área de sanidade ou técnicos do quadro do MAPA.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explanou que na próxima reunião a SDA será convidada e também poderá convidar técnicos para participar das reuniões do SCC.

Sr. Paulo Gustavo Cruz/ABIPESCA: explanou, que incluí-los no Subcomitê é uma participação muito mais ativa do que propriamente como convidados no CPG, ou convidados no Subcomitê.

Sr. Carlos Edwar Carvalho/CONEPE: falou, concordo com a colocação dele e me parece, não tenho certeza, não sou atuante na área, mas esse também é um problema na área de peixes ornamentais. Questão da sanidade de peixes algumas vezes importadores demandam atestados, já teve algumas situações como essa. Eu não conheço em outros Estados possivelmente, mas na EMBRAPA do Amazonas tem a Edsandra Chagas e na Federal do Amazonas tem a Sanny Andrade, as duas podem ser consultadas os *lattes* para ver os currículos das duas e avaliar, se tiver outros nomes em outros Estados, eu não tenho nenhuma delegação delas para sugerir os nomes, apenas lembrei que elas atuam na área. Meu comentário sobre a lista, não tenho nenhuma restrição a nenhum dos nomes, todos são conhecidos meus, pesquisadores bem atuantes, mas eu ainda continuo achando que existem 4 nomes que talvez não sejam locais, e foram colocados como locais, por exemplo o Mauro Ribeiro é IBGE/Brasília, não Amazonas, mas é um especialista em imigração de peixes que fez uma tese das mais importantes sobre a imigração do jaraqui.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: esclareceu que antes estava nacional, mas ficou a discussão em colocar área, local de atuação do trabalho, ressaltou que faltou explicar em relação a essa questão.

Sr. Carlos Edwar Carvalho/CONEPE: explicou que talvez o local de atuação dele seja a bacia, a migração do jaraqui que ele fala não é restrita ao Estado do Amazonas, explanou que o David McGrath está apenas temporário na UFOPA, o vínculo dele mesmo é com uma Universidade Americana. Esclareceu que são apenas colocações para saber se têm que manter percentual de pessoas que não trabalham na região. E que todos os 4 pesquisadores de altíssimo nível, o Miguel, o próprio Vandick, que apesar da área de atuação trabalha na Federal de Alagoas. Então têm 5 nomes que na realidade são nacionais.

Sra. Jeanne Gomes/DPOP/SAP/MAPA: explanou, só para deixar registrado o Sr. Carlos Edwar fez duas indicações para a áreas de sanidade, vamos olhar o *lattes* e verificar os nomes.

Sr. Raimundo Reis Nobre/ OCB: indicou o professor Ricardo Ângelo da Universidade Federal do Amapá, explanou que o Amapá é a ultima fronteira de pesca do Brasil e precisa ter mais conhecimento das espécies que existem na costa do Amapá.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: registrado o nome de Ricardo Ângelo.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: explanou que pela história o José Dias/IBAMA poderia contribuir muito, tem vários trabalhos publicados na região.

Sr. José Renato Legracie/MMA: explanou, é óbvio que o José Dias/IBAMA tinha que participar desse grupo, porém a participação dele supera só o grupo do norte. Tem conhecimento maior do que regional, ele é um pesquisador com conhecimento nacional em águas continentais e marinhas, ressaltou então que

como MMA, ele não poderia estar restrito a nenhum Subcomitê. Pois poderá permear e perpassar por todos os subcomitês.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explanou que com as indicações ficaram 27 nomes, explicou que será realizada outra filtragem e amanhã será apresentada a lista preliminar e se houver consenso a mesa será fechada. Esclareceu que as reuniões do SCC não necessariamente ocorrerão em Brasília, as reuniões poderão ocorrer nos Estados ficaria mais fácil em relação à logística e a questão de recursos.

Sr. Francisco Machado/IBAMA: explanou que concordar com a argumentação que o Renato/MMA em relação à indicação do José Dias/IBAMA, pois ele é uma pessoa que vai estar sempre presente nos grupos de trabalho e que seria chato a manter o nome dele na lista e por outros critérios escolher e ficar de fora ou coisa parecida, ele não está para ser julgado, então solicitou a retirada do nome dele da lista.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: registrou a solicitação e chamou o Urbano/ICMBio, para fazer a apresentação dos resultados do workshop realizado em Manaus/AM no ano passado em relação a questão dos defesos.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: desejou boa tarde a todos, explicou a respeito do contexto em que se deu a realização do workshop, que de certa forma ela está ligada a primeira reunião desse CPG do ano passado, quando todos recebemos a notícia da Portaria 192 a respeito da suspensão dos defesos. Naquele contexto, o ICMBio acabou ficando incumbido de fazer um processo de revisão mais dos aspectos biológicos e ambientais sobre a validade das Normas que estavam vigentes. Ressaltou que existe certo consenso de boa parte dos especialistas da Amazônia, do ponto de vista biológico, que essa revisão já tinha que ter sido realizada há muito tempo. A ideia era um processo de revisão que fazia parte dessa etapa da consolidação técnica que coube ao ICMBio, CEPAM e CEPTA particularmente consolidar e em seguida o MMA capitanearia o processo de fazer o processo a tratativa com o MAPA, os Estados, consulta com os pescadores etc, ocorreu boa parte desse processo ainda faltando a questão da Minuta.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: respondeu, não necessariamente, por isso que falta a fiscalização e também uma série de coisas, todos nós precisamos reavaliar porque isso está acontecendo.

Sr. Carlos Edwar Carvalho/CONEPE: explanou, é porque a norma protege algumas espécies.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: respondeu, sim, mas a questão é que tem entrado várias espécies porque se têm outras espécies para pescar porque que ele estaria recebendo o seguro defeso?

Sr. Carlos Edwar Carvalho/CONEPE: falou, para ser bem claro, os desembarques acontecidos em Coari/AM das 6 espécies proibidas: aruanã, curimatã, mapará, matrinxã, pirapitinga e sardinha. Apenas a matrinxã teve o desembarque reduzido durante o período de defeso, todas as outras, ou ficaram na mesma quantidade ou tiveram mais captura no defeso do que fora do defeso.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: explanou, no Pará tem um outro nível de adesão, o estudo da UFOPA de acompanhamento pelo menos do que é desembarcado no mercado tem um acompanhamento que realmente aquelas espécies que estão no defeso existe uma redução da captura delas. Explanou ainda, resultados de simulações populacionais sugerem que o defeso deve ser um instrumento acessório na manutenção dos estoques, devendo estar associados a outros mecanismos, e deve ter o seu período de implementação deslocado para o período de maior vulnerabilidade do estoque parental, ou seja, não adianta a fazer defeso numa época da enchente onde os estoques começam a ser naturalmente protegidos porque a água começa a entrar para o igapó. Você tem que proteger num período de maior vulnerabilidade, só que esse é o período que as pessoas gostam de pescar justamente porque a rentabilidade vai ser maior etc. Existem já alguns estudos que mostram que a captura que se tem num determinado ano, estudos feitos para Manaus e para Santarém pelo menos, o volume da captura está correlacionado, principalmente com a seca de dois anos atrás e com a cheia de três anos atrás, por que? Porque está relacionado, quer dizer, adultos que puderam se reproduzir e as larvas tiveram uma grande sobrevivência a dois, três anos atrás isso tem um impacto na captura de antes, qual a importância disso? Do ponto de vista climático e hidrológico existe uma possibilidade de tentarmos pelo menos um modelo

preditivo, quer dizer, baseado nisso a gente consegue dizer em ordem de magnitude o que é o volume da captura esperado para um determinado ano, já existem modelos que estão calibrados para isso. Uma atenção maior deve ser dada ao processo de *fishing-down*, é um processo que a história daquela pescaria vamos observando uma diminuição do tamanho do peixe ao longo da primeira pesca, espécies que têm tamanho em média maior e conforme aquela pescaria evolui e reduz para espécies com tamanho menor. A gestão pesqueira deve procurar inovar os seus métodos, através da incorporação dos novos referenciais da sustentabilidade, de manejo adaptativo, de unidades de manejo diferentes para os peixes que são migradores interbacias e os migradores continentais, entre eles os sedentários, e ampliar a rede de áreas protegidas ao longo das áreas alagáveis. Quando falamos de unidade de gestão e unidade de manejo, se é bacia hidrográfica ou não é, isso depende muito do tipo de recurso que se está trabalhando, se for discutir bagres migradores, só existe uma unidade de manejo para ele, que é a bacia, inclusive tem uma implicação internacional séria que a parte da reprodução é feita em outros países, a parte do crescimento é feita para cá, então tem uma interface internacional que não pode ser ignorada. Agora se estamos falando de peixes que são sedentários, locais: tucunaré, pirarucu e aruanã a gente está falando de sistemas locais, então acho que ainda é mais complexo do que se pensar em bacias hidrográficas, é confluência dos principais rios. Então está é uma amostra de algumas informações que vieram a tona durante a oficina que embasaram algumas das sugestões que vieram a seguir. Então primeiramente se formos repensar as estratégias de defeso, que o defeso somente é eficaz se aplicado no momento em que a espécie tenha um alto nível de agregação populacional e alta capturabilidade. Mesmo que ele esteja em reprodução, ela está num processo de dispersão, então para esse grupo de espécies: tambaqui, jaraqui, pacu, matrinxã etc ele está num período de dispersão. O período reprodutivo não é necessariamente o período de maior vulnerabilidade, esse é um paradigma muito difícil da gente mudar porque está muito preso na questão da reprodução, mas existe um consenso que não necessariamente o período reprodutivo é o melhor para essas espécies, para espécies como tucunaré, pirarucu e aruanã que são espécies que tem cuidado parental, quer dizer eles se reproduzem e cuidam dos filhos é para essa sim, o período reprodutivo é o período que tem que ser protegido, que é o período que eles estão cuidando dos filhos. Então não é uma faixa de defeso de todas as espécies de forma igual, são critérios diferentes.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: não dá para pôr tipo no mesmo.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: respondeu, no mesmo saco.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explicou, o que temos hoje em dia é isso, tudo agrupado.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: falou, então é necessário fazer essa diferenciação do que de fato queremos proteger.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explicou, temos que olhar essas especificidades das espécies.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: respondeu, isso, exatamente, no caso de tucunaré, aruanã outras espécies, pirarucu que tem cuidado parental, daí sim, daí é período reprodutivo. Agora essas outras que a gente chama de R estrategistas que coloca 2 milhões de ovócitos no rio etc. Então é melhor você proteger o período que ela está vulnerável. Os conceitos que surgiram na reunião foram unidades de manejo diferenciadas para os peixes migradores interbacias, por que interbacias? Porque são peixes que saem de um rio e entram num outro (jaraqui, curimatã) e migradores continentais, quer dizer não podemos discutir essas coisas na mesma baía, porque são conceitos diferentes, os ciclos de vida ocorrem em escalas geográficas diferentes etc. Outro ponto, os períodos de defeso devem corresponder ao período de maior vulnerabilidade dos estoques parentais em função do regime hidrológico. De maneira geral a principal preocupação que veio a tona, anos atrás a preocupação era com o pirarucu, o pirarucu já tem várias iniciativas de manejo já mudou um pouquinho o patamar e que a preocupação nossa deve estar centrada no tambaqui, hoje quando comemos tambaqui é basicamente tambaqui de cultivo, já não se encontra há muito tempo aquele tambaqui grande originado do rio, o grupo que discutiu isso propôs uma moratória de pelo menos 5 anos para o tambaqui. Além de estudos que ajudem a dissecar a rota migratória dessa espécie, isso em caráter emergencial. Pirarucu, uma proibição estendida para toda a bacia e liberar para aqueles locais que estão fazendo o manejo e com a devida autorização de manejo. E em relação à piramutaba que por enquanto é a única pesca industrial que temos é a da piramutaba,

manter o defeso da espécie. O defeso da piramutaba é feito para época de maior vulnerabilidade, quando elaboramos as notas técnicas, nos baseamos muito na piramutaba, porque o defeso dela já foi elaborado nesse conceito de vulnerabilidade que por tabela beneficia também a dourada.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: falou, no caso do pirarucu, no Amazonas, por exemplo, o defeso é anual, e a pesca da espécie só é permitida nas áreas de acordos de pesca e nas unidades de conservação de uso sustentável.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: explicou, manejo por cotas, o IBAMA autoriza a cota, em suma, só libera a pesca onde tem o manejo, porque o pirarucu são populações localizadas.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explicou, o Acre também adotou praticamente a mesma norma do Amazonas em relação ao pirarucu, no Pará o defeso do pirarucu são cinco meses.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: falou, uma coisa importante é que várias dessas questões devem ser remetidas ao Subcomitê Científico. Em relação ao pirarucu é só um alerta, começou a existir uma preocupação em relação aos locais que estão manejando pirarucu, e já acendeu um alerta no Acre nesse sentido, o que está acontecendo com os outros peixes? Tá acontecendo episódios no Acre que sugere que se você está protegendo um predador de topo isso tá impactando as presas, porque pirarucu é um peixe que come outros peixes, então está acontecendo alguns eventos que num processo que chamamos de dependência da densidade.

Sr. Sami Pinheiro de Moura/SAP/MAPA: explicou, a questão do pirarucu, no Acre, lá na bacia do rio Abunã que é um rio binacional, aonde é proibida a captura, não há manejo na região e acompanhamos o desembarque, o pirarucu está causando um impacto muito grande às outras espécies. Praticamente o rio Abunã hoje só tem pirarucu, já no rio Purus, aonde tem o manejo do pirarucu é bem diferente a realidade, tem o manejo, mas é a questão de lago, já no rio Abunã o impacto é bem grande.

Sr. Ediano de Souza/SEDAP: falou que o defeso da piramutaba se concentra no momento de maior vulnerabilidade, Urbano você fala na pesca no estuário, da pesca de arrasto no estuário, na pesca industrial?

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: sim.

Sr. Ediano de Souza/SEDAP: temos que levar em consideração, que existe essa proibição para uma pesca específica que é a pesca de arrasto, no entanto a pesca dita artesanal que são milhares de embarcações com redes de emalho ela não é afetada por esse instrumento.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: eu não lembro a Portaria se ela é específica para industrial.

Sr. Ediano de Souza/SEDAP: ela é específica para industrial e tem uma larga escala capturando ela sem medida restritiva.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: então precisa ter uma coisa complementar.

Sr. Ediano de Souza/SEDAP: tem que afinar isso, porque inclusive gera um conflito muito grande, um conflito entre classes que precisa ser levado em consideração.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: pescador artesanal e industrial.

Sr. Sami Pinheiro de Moura/SAP/MAPA: pescador da pesca artesanal e da pesca industrial, o peixe é o mesmo.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: eu vejo uma preocupação muito grande, é interessante que se invista mais na pesquisa desses peixes no ambiente natural.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: em relação ao tambaqui especialmente a gente precisa até mudar um foco. Sr. Carlos me corrija se eu estou errado, mas o principal pesquisador de tambaqui do Amazonas morreu em 2004, em ambiente natural, que é Carlos Linque. E daí não teve um substituto até agora para pegar esse tema, pelo menos em ambiente natural.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: você colocou muito bem, o tambaqui é uma espécie que inclusive está em grupo que cada vez mais está diminuindo, a captura com a piscicultura passou a ser um pouquinho mais, que anteriormente você tinha o tamanho mínimo de captura e agora todo o peixe menor do que aquele tamanho veio da piscicultura, não é verdade no Amazonas, usa muito o peixe pequeno do ambiente natural, capturado exatamente nessas áreas. Essa discussão também concordo em relação ao período de defeso que não fica mais ligado aquele problema de chuva ou não chuva, que dizer fica ligado a outros fatores.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: é, não é estudo. É uma incerteza inerente, a gente ter que saber lidar com isso. Então esse seria um dos pontos, a saber, a partir de agora como é que funcionaria esse instrumento normativo? Porque não vai ser aquela coisa Portaria nº 48/2007. Então que a sugestão daquele grupo nesse momento é que não seria mais assim, ou você pensa num instrumento editado todo ano, ou você faz uma coisa baseado em cota, usa uma régua padrão eu não sei a viabilidade disso também.

Sr. Radson Rogerton/SEPROR: é interessante quando você fala isso também, no Amazonas, o Solimões e o rio Negro, hoje se faz uma proteção em relação ao rio Negro no defeso, no entanto não tem as espécies que estão no defeso, que hoje as pessoas falam do pacu, mas é o *Mylossoma* que faz o defeso, mas sendo que no rio Negro são outras espécies. E isso também vale em relação ao pescador ornamental, que hoje o pescador ornamental ele acessa o seguro defeso por causa da espécie *Mylossoma* ou de outras espécies que não está na calha do rio Negro que está na bacia do Amazonas, então é uma situação que precisa realmente ser revista, uma situação de calhas ou bacias, não sei como vamos definir isso, mas temos que rever essa situação.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: quando foi escolhido esse período, eu acho, quando foi escolhido esse período de novembro-dezembro-janeiro-fevereiro. Na verdade, o que foi feito no período de defeso foi paralisar do período de novembro, dezembro e janeiro, que era período de pico da maturação das principais espécies de piracema, e depois aumentou mais um mês, agora parece que existe uma ideia de eliminar o defeso e já entra num problema, em relação há necessidade de fazer o defeso ou não na bacia Amazônica?

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: acho que ideia está sendo colocada aqui, Geraldo, da oficina que teve em Manaus, é justamente deslocar para o período de maior vulnerabilidade e não deixar de fazer, mas fazer para a época onde ele vai ser mais efetivo, isso é uma coisa que temos conversando a algum tempo, mas não deixar de fazer.

Sr. Sami Pinheiro de Moura/SAP/MAPA: a questão do entendimento do defeso, é que foi criado para proteger a espécie e havia um número bem menor de pescadores no rio. Com a criação do pagamento aumentou o esforço de pesca e o que se comprova no desembarque, essa é a preocupação que se comenta em nível de país que é o tal de pescador de defeso. Criamos um defeso para uma alternativa e incluíram outras ações dentro, então essa é a preocupação, a eficiência da questão dos defesos é extremamente importante.

Sr. Carlos Edwar Carvalho/CONEPE: eu não sou economista, mas poderia de ofício falar um pouco, a ideia que a gente colocou no artigo é uma base da economia, a economia trabalha muito com o comportamento racional do indivíduo, se você está numa situação onde é fornecido mais dinheiro para alguém e não há fiscalização a tendência é que você tem um equilíbrio das curvas de oferta e demanda, se há uma proibição da pesca, a quantidade diminui e a oferta sobe para equilibrar o ponto acima com a quantidade menor, mas se você dá mais dinheiro e não há fiscalização a curva de oferta cai, é uma quantidade impagável, então aumenta a quantidade explorada, essa é a teoria básica, então a fiscalização é fundamental no processo de defeso. Existem dois pontos que são fundamentais, primeiro existem duas espécies que estão numa situação crítica, o tambaqui e o pirarucu devem ser trabalhados de forma

especial, a situação é com aspectos diferentes. Agora o que acontece sobre o defeso como vinha ocorrendo e que se vocês olharem, não sei se foi a última ou penúltima Portaria, existem espécies que não são migradoras que estão na lista, então isso é um contrassenso porque cai, aquela ideia geral dos ambientalistas que todos nós defendíamos de fazer um defeso.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: no relatório da oficina, que não pusemos aqui, mas está a lista de todas as espécies, quem devem entrar, porque existe um fundamento para isso, que acho que são cerca de 20 espécies e outras que não tem razão nenhuma para estar lá.

Sr. Carlos Edwar Carvalho/CONEPE: tem que resgatar a ideia original do defeso e porque são dois aspectos, o defeso deve ser feito de acordo com a premissa biológica da espécie, o nível que ela está de situação e considerados característicos do ponto da bacia, para saber se naquele ponto da bacia ela está migrando ou não.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: é uma coisa simbólica, mas que biologicamente não necessariamente tem um significado.

Sr. Carlos Edwar Carvalho/CONEPE: aquele momento ideal de proteção

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: exatamente.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: eu não sei agora pelo o que eu estava observando aqui da pauta, temos ainda a oportunidade de continuar nessa discussão.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: acho que dar um encaminhamento quanto ao normativo.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: exatamente porque estamos discutindo a questão da composição do SCC e que talvez possamos aproveitar essa atualização do conhecimento e as recomendações que surgiram da oficina para encaminhar uma série de questões.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: agilizar os próximos passos pois durante a apresentação do Urbano já foram dados alguns passos e caminhos que podemos seguir, no caso da revisão da Portaria IBAMA nº 48/2007 especificamente vai depender do Subcomitê Científico olhar toda a norma, o resultado da oficina e pegar os especialistas que têm realizado o trabalho com essas espécies e verificar como direcionar em relação aos trabalhos para revisão da Portaria. Da apresentação do Urbano em relação a oficina podemos tirar alguns itens, que seriam os primeiros passos para revisão da 48. Mas saliento que, para os próximos passos nós necessitamos estar com o Subcomitê Científico já em funcionamento para os especialistas possam se debruçar em relação a essas espécies. Observamos que na mesma calha de rio a espécie tem comportamento diferenciado, precisa de um olhar holístico em relação a estas questões. Colocamos na programação a Portaria nº 48, mas não vamos começar a discutir Minuta para revisar não vai ser dessa forma, então o primeiro passo já foi dado com a realização da oficina e resultados bem interessante em relação as espécies em questões bem pontuais também questões do ciclo hidrológico, a dinâmica de reprodução, esse cuidado que tem que ter, não só no período reprodutivo porque eu também concordo efetivamente com isso, você não pode comparar a bacia como um todo e a norma pensou no geral para as espécies, não pensou nas especificidades de cada uma delas

Raimundo Reis Nobre/ OCB: o Estado do Amapá ele está tendo uma mudança de suas características há uns 10 anos atrás quando chegou a pesquisa sísmica na costa do Amapá, mudou as características de muitas espécies, a costa do Amapá, aonde muitas espécies se reproduziam e está sendo empurrada mais para dentro. Vou dar exemplo aqui para vocês, alguns anos camarão regional só existiam ali em torno das ilhas, hoje você já encontra camarão regional lá dentro do Amazonas, alguma coisa está acontecendo, mas os nossos pesquisadores não estão conseguindo avançar para ter um resultado sobre essas questões, nós encontramos depois que começou a sísmica no Amapá, peixe de águas profundas em praia, não tem nenhum estudo científico e técnico sobre isso. As coisas estão acontecendo muito à frente da pesquisa. Precisa-se analisar muito bem a questão de defeso. É preciso, no Subcomitê ter também alguém assim, não necessariamente científico, mas ter alguém da comunidade, da sociedade que conheça

para dar opinião também.

G Sr. Roberto Gallucci/MMA: Urbano, parece que nessa oficina não estiveram presentes pesquisadores do Amapá, estou correto ou não?

Sr. Raimundo Reis Nobre/ OCB: acredito que não.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: não tínhamos esse contato, mas foi feito com os principais que conheciam a região Amazônica como um todo estavam ali presentes, a situação que ele ilustra é uma particularidade e muito do que ele fala até influencia como dinâmica da costa que é outra dinâmica. Então deixar claro uma coisa é a dinâmica de água doce, hidrologia mais ligada à água interior. Apesar dele falar de água interior, tem uma influência grande da dinâmica da costa. Então verificar quem são esses pesquisadores, incluir, se é pertinente a esse CPG ou se é pertinente a outro CPG. Porque se for uma coisa muito específica se cria um GT ou é em outro âmbito, é uma dinâmica muito particularizada.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: o desafio que temos, vai ser tratarmos de uma maneira compreensiva e adequada toda a abrangência hidrográfica da bacia Amazônica, que na verdade existem várias bacias ali no Amapá que são consideradas unidades hidrográficas diferenciadas da bacia Amazônica, da mesma forma ali na ilha do Marajó, existem bacias hidrográficas próprias.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: uma sugestão, sabemos que os nossos recursos são muito reduzidos e as vezes a gente pensamos muito na abrangência das espécies e não temos recursos bastante para isso, não seria interessante pelo menos numa primeira fase, considerando exatamente o problema também não só da espécie, mas também importância, que pudesse identificar pelo menos, um exemplo, 3 espécies, vamos supor uma sedentária: pirarucu; uma grande migradora: piramutaba; e uma migradora: tambaqui. E que procurasse recursos para colocar na mão dos pesquisadores e que ele pudesse trabalhar com um recurso muito grande em cima dessas 3 espécies.

Sr. Paulo Gustavo Cruz/ABIPESCA: de modelo e inclusive de aprofundamento de estudos devido a sua importância social-econômica. Essas 3 espécies têm uma indústria, principalmente da piramutaba uma indústria já desenvolvida, pirarucu existe indústria incipiente e o tambaqui tem um potencial industrial. E um estudo mais aprofundado nessas 3 espécies, além de dar um foco e uma agilidade maior nos trabalhos, encontraria um modelo inclusive para o estudo das demais e além disso se valeria daquela máxima econômica já que os desejos são ilimitados e os recursos escassos a gente tem que estabelecer algumas prioridades.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: é uma dúvida que eu tenho, naquele momento da Portaria 192, essa foi uma das tarefas da questão da revisão que colaboramos e empreendeu, existiu uma outra tarefa referente ao cadastramento, que as coisas andam juntas. Não adianta pensarmos numa normativa se não sabemos como ela vai ser recepcionada, então em que pé ficou esse processo?

Sr. Sami Pinheiro de Moura/SAP/MAPA: ao ser discutido essa ação junto ao Planejamento, essas revisões da questão do novo cadastramento, como era uma coisa muito imediata era impossível fazer o cadastramento no Brasil, principalmente na bacia Amazônica, em 120 dias, optamos por fazer cruzamento de dados, dentro desse cruzamento de dados já cancelou bastante gente, pessoas que tinham outros vínculos, nesse sentido, mas ainda continua a discussão do cadastramento.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: você tem alguma ideia de percentagem que já saiu?

Sr. Sami Pinheiro de Moura/SAP/MAPA: na média de quase 3,5%, nessa média quando começamos a fazer esse levantamento tinha um milhão e cem mil carteiras, hoje temos 800 mil carteiras, então com esse cruzamento de dados já tirou bastante gente, ele tira dia a dia.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: tira dia a dia, então todo o dia isso está sendo atualizado?

Sr. Sami Pinheiro de Moura/SAP/MAPA: todo o dia, porque com os vários dados, várias informações

identificamos os que não têm direito. O defeso é só uma medida, então ele tem um critério ele não está inserido na vida do pescador como benefício previdenciário, que isso é a interpretação lá na ponta. Então não é porque você tem carteira de pescador que você tem direito ao defeso, está sendo eliminada muita gente nesse sentido.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: agora, uma questão mais operacional, tipo estamos na porta de editar como seria o nosso próximo defeso, o Subcomitê Científico ele vai ser convocado a tempo de fazer essa revisão?

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: em relação a tal questão a ideia é que esse ano ainda tivéssemos algo para iniciar.

Esperamos que o SCC se reúna o mais breve possível, para olhar com atenção esses detalhes.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: eu estou entendendo assim, já tem uma consultoria em andamento, Gallucci? Para fazer parte desse processo.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: isso, contratamos uma consultoria que está levantando dados bioecológicos das espécies, com foco nas espécies que compõem a principal parcela da produção pesqueira, que seriam as espécies alvo, vamos dizer assim embora a diversidade das espécies seja maior que algumas pescarias monoespecíficas que temos na parte marinha, mas seriam identificados as principais espécies em termos de produção pesqueira e sua bioecologia e também um levantamento mais aprofundado sobre diversas áreas, modalidades de pesca que isso é importante para ser avaliado como que esses recursos pesqueiros são acessados. Então essas informações vão começar e se encaixar e complementar também os resultados do workshop. Os resultados do workshop eles avançaram muito e foram significativos começamos a mudar um pouco o paradigma também de que isso tudo o que você mencionou aqui, Urbano. De que o defeso tem que proteger as espécies ali na época em que elas estão se reproduzindo, na verdade não é isso, é na época em que elas estão mais vulneráveis a pesca. A outra questão também é a abrangência geográfica do defeso, já discutimos isso bastante hoje aqui de que a limitação geopolítica, pelo menos a nível dos Estados não é a ideal, mas também não podemos simplesmente mudar totalmente só a definição do defeso a nível de bacias ou sub-bacias e não fazermos também esse rebatimento com qual unidade geopolítica que está abrangendo ali, porque tem implicações sociais, econômicas e você precisa no mínimo identificar os municípios, então bacias e sub-bacias, mas também os municípios abrangidos. É tem também o papel dos Estados que tem hoje a sua autonomia e competência reconhecidas por lei também para fazer o ordenamento pesqueiro. Só que a União tem a competência, isso é um entendimento jurídico comum de que a União tem a competência para fazer o ordenamento pesqueiro a priori e considerando principalmente a escala sempre regional, nacional e dentro das águas de domínio da União. Então temos os rios que são transfronteiriços ou interestaduais. E agora dentro dos Estados, os rios que são estaduais, esses sim os Estados têm total autonomia de fazer o seu ordenamento pesqueiro, isso já acontece no Estado do Amazonas têm algumas regras de defeso específicas, então assim são questões, não quero ser exaustivo aqui, são questões que vamos ter que nós debruçar para revisar a norma do defeso.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: essa questão que o Roberto Gallucci falou é importante pois temos que olhar o que os Estados têm feito, esse rebatimento com a norma federal para evitar sobreposição.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: sobre a questão de trabalhar, qual é a prioridade do Estado é interessante trabalhar nesse Comitê, com as instituições existentes nos Estados ou trabalhar com a consultoria? Estamos vendo que esse trabalho, é um trabalho interdisciplinar, certo? Multidisciplinar, interinstitucional. E as vezes temos que saber o seguinte, referente as demandas do Comitê, é ser levado para um lado institucional ou para consultoria? Porque as vezes esses trabalhos as próprias instituições já estão fazendo ou já fizeram, eu quero saber exatamente essa definição assim como é que nós vamos trabalhar aqui no Comitê essas demandas?

Sr. Roberto Gallucci/MMA: explicou que consultoria não é uma demanda do Comitê, que ela foi estabelecida antes da reativação do Comitê, pretende só apresentar subsídios que inclusive vão ser aportados para o Subcomitê Científico. Então o órgão oficial e científico desse Comitê é o Subcomitê

Científico e não consultor A, B ou C. E o consultor ou qualquer outra fonte de informação são subsídios importantes, sempre privilegiamos a informação científica, e a questão da cooperação institucional, Bernardino, é importantíssima, temos aqui 3 entidades estaduais, de órgãos relacionados a questão pesqueira. Mais será importante em algum momento essa abrangência seja maior ainda para consigamos cobrir de uma maneira efetiva toda a região hidrográfica amazônica.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explicou que o MAPA/SAP tem um recurso da OEI para contratação de consultores e que a prioridade será contratar consultores para trabalhar com as questões referentes aos CPGs,

Sr. Kelven Lopes/SAP/MAPA: falou da importância do Comitê Permanente de Gestão e seus polos de assessoramento, a contratação de consultores, o envolvimento de órgãos estaduais a necessidade do aporte de pesquisa.

Sr. Carlos Edwar Carvalho/CONEPE: explicou que o Comitê precisa ter consenso para separar perguntas que são respondidas por consultoria e perguntas que são respondidas por pesquisas de longo prazo, explicou ainda da importância das pesquisas.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: falou que em um contexto geral temos uma estrutura montada com pesquisadores mais que não é usada, falou ainda a respeito dos trabalhos que ficam com a pessoa física e não com a pessoa jurídica. Ressaltou que as pesquisas devem ter continuidade e que deve ser olhado também o contexto social, econômico, geração de emprego

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: ressaltou que o CEPAM poderá ser um repositório de informações, estruturar os metadados, consolidar o grupo de dados para ser um sistema de suporte a decisão. Falou da necessidade de organizar fisicamente os dados, da importância em ter uma política de uso dos dados, e que o repositório de informações ajudará a agilizar as informações que estão hospedadas em diferentes instituições, pesquisadores etc

Sr. Roberto Gallucci/MMA: explicou, que plena concordância com essas visões de que o trabalho do consultor é um trabalho pontual, bastante curto, normalmente limitado e não supre totalmente, ressaltou que o consultor é funcionar como um coletor e organizador de informações que estão relativamente disponíveis do que realmente um produtor de conhecimento. Explicou ainda sobre o lapso de tempo de quase 10 anos em que as informações não foram organizadas e sistematizadas para atender a determinadas perguntas do gestor. Falou dos desafios do Comitê e o Subcomitê Científico.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: falou que a no final de abril o CNPQ e o ICMBio realizaram um seminário conjunto para discutir sobre os PELDs, sítios do Plano Ecológico de Longo Prazo, falou ainda, que existe um vazio na Amazônia em relação a estudos de longo prazo, principalmente para a questão pesqueira, então tem alguns sítios PELDs que estão lá propostos no relatório que seriam interessantes eles serem contemplados em algum momento por editais do CNPq.

Sr. Dilcyo Porto/ACEPO-PA: explicou que as pesquisas de longo prazo não chegam ao seu processo conclusivo, são interrompidas por diversas razões, geralmente baseia-se em pesquisas de curto prazo ou em consultorias, e a sua conclusão se dá sempre na visão conservadora, que traz para a natureza um processo muito mais depredador do que seria um processo original, na sua opinião todas as legislações recentes vieram no sentido da visão conservadora. Falou vamos ser restritivos em algumas áreas porque os dados ainda que não conclusivos, mas vamos fazer uma compensação para que a economia consiga girar e o setor produtivo consiga permanecer vivo

Sr. Roberto Gallucci/MMA: sobre esse comentário é pertinente sim na medida em que vamos avançando no conhecimento, começamos a tomar medidas de gestão que são precisas, temos que usar o princípio da precaução porque não se tem o conhecimento suficiente, então temos que tomar medidas as vezes mais restritivas porque não se sabe se as medidas atuais de uso podem levar determinada espécie a uma situação pior do que ela se encontra. Devemos avançar no outro sentido de buscar mais conhecimento, inclusive conhecimento tradicional e tentar fazer a gestão mais específica e caso a caso. É

pertinente avançar no conhecimento, para poder de fato reconhecer quais espécies, por exemplo na questão do defeso devem ser objeto de maior atenção e quais espécies podem continuar abastecendo a economia local tendo a sua captura permitida.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: falou, que o primeiro passo foi dado com a apresentação do Urbano e o segundo passo será instituir o Subcomitê Científico, e na sua primeira reunião o mesmo já tem uma missão que é ter esse olhar sobre a Portaria IBAMA nº 48/2007.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: explanou que o material da apresentação será disponibilizado, inclusive todos os anexos e o relatório da reunião na íntegra, com todas as apresentações.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: falou que o irá encaminhar os documentos da apresentação aos membros falou ainda que amanhã será fechada a lista com os nomes do Subcomitê Científico. Explanou a respeito da criação de Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas.

Sr. Dilcyo Porto/ACEPO-PA: solicitou explicação em relação à diferença de Câmara Técnica e Grupo de Trabalho.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: solicitou aos membros olharem Portaria Interministerial nº 05/2015, pois na mesma tal questão está bem explicado, explicou que o Grupo de Trabalho seria criado mais em função de uma questão pontual, como no caso das hidroelétricas e Câmara Técnica seria mais abrangente como no caso dos ornamentais.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: explanou, estamos tendo problemas seríssimos com relação a impactos ambientais, falou que a Sra. Jeanne colocou muito bem, questão de um grupo para discutir a pesca, o ecossistema em relação as hidroelétricas. Explanou ainda, discutimos os grandes impactos que estão acabando com os nossos rios, parece que nós estamos discutindo muito a pesca, mas nós não discutimos o problema da poluição de toda a bacia Amazônica. Estamos trazendo o peixe como unidade de gestão da bacia e o problema está lá fora, temos que ter muito cuidado para o setor pesqueiro não ser novamente marginalizado da forma como ele é pela televisão hoje como pescador predador e não é verdade.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: falou que a o Sr. Geraldo lembrou que devemos pensar nos impactos que estão vindo, citou o impacto que será a construção das 06 hidroelétricas no Peru.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explicou a respeito do 5º, Parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 05/2015 que trata das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho. Falou dos Grupos de Trabalho referentes aos rios Branco/AM e RR e Jauaperi/AM. Explicou ainda, que os Grupos de Trabalho devem ser criados por unidades da Federação. Falou a respeito da criação das Câmaras Técnicas dos Ornamentais e Pesca Amadora, que ambas serão compostas por entes de Governo e Sociedade Civil Organizada, tais questões serão tratadas nas próximas reuniões do CPG.

Sr. Marcos Glueck/ANEPE: indicou dois nomes para o SCC um mestre em ictiologia Felipe Luis e o outro que já esteve à frente de várias problemáticas que diz respeito à pesca artesanal em conjunto com a pesca esportiva Thomas Liparelli.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: falou que seriam aplicados critérios que foram estabelecidos. Prosseguindo falou que o caso os Grupos de Trabalho forem criados nos Estados existe a possibilidade dos assuntos discutidos serem ponto de pautas das reuniões dos CPGs.

Sr. José Renato Legracie/MMA: sugeriu que a composição das Câmaras Técnicas deveria constar no Regimento Interno

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: falou que o regimento interno será ainda trabalhado, salientou que o

número de membros das Câmaras Técnica será paritário, terá seu Regimento Interno também e que as instituições serão consultadas para a composição das mesmas.

Sr. Radson Alves/SEPROR: explanou, Jeanne seria interessante ver por exemplo o GT do Jauaperi que já tem o Processo. Seria interessante até para mostrar em que pé está e também apresentar a estrutura, já daria uma noção para todo mundo de como funciona os GT's.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: podemos verificar amanhã, pois temos as questões do Regimento Interno.

Sr. Radson Alves/SEPROR: falou Jeanne, como é que vamos tomar decisões se o nosso Regimento Interno não está aprovado? Será que alguém não pode questionar isso?

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: justamente por essas questões que temos que fazer as coisas com calma.

Sr. Radson Alves/SEPROR: sugeriu investir um tempo para a leitura do Regimento Interno, para verificar as lacunas e aonde essas Câmaras Técnicas vão estar encaixada, etc.

Sr. José Renato Legracie/MMA: o que a decidimos nas primeiras horas da manhã, que teríamos um tempo de 15 dias para aportar subsídios sobre o Regimento mudamos de idéia.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: não, em verdade o Regimento Interno seria lido e encaminhado para considerações, então amanhã vamos olhar a Minuta de Regimento com calma e teremos 15 dias para considerações, conforme acordado pela manhã.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: explanou a respeito da piracatinga que foi proibida por causa do problema do boto. Teve um período que disseram que ia fazer estudos e continua proibida e tem um grupo só e está parado. Falou que a piracatinga representava muito, cerca de 25% do peixe capturado no Amazonas e algumas regiões. Perguntou o que o MAPA, e o que é IBAMA estão fazendo? O que é que está sendo definido?

Sr. Roberto Gallucci/MMA: fez um breve relato a respeito da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA n 06/2014 que estabeleceu a moratória da pesca da piracatinga e foi identificado na época sendo a principal causa da mortandade de botos vermelho e cinza.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: explanou que o CPG especificamente está discutindo a legislação, com cota, com tamanho mínimo. Questionou se grupos serão para discutir o recurso mesmo assim em termo de negócio, em termo de cadeia produtiva, ou basicamente vai ser para discutir, especificamente, esse problema de legislação.

Dia 26.09.2016

Sr. Sami Pinheiro de Moura/SAP/MAPA: desejou bom dia a todos e explanou que seria dado continuidade aos pontos de pauta da reunião iniciados ontem.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: desejou bom dia, falou que a programação iniciaria com apresentação do Sr. Vinícius/MMA, em seguida iria realizar uma fala sobre os acordos de pesca, e prosseguiriam discutido o regimento interno e após a apresentação do Sr. Vinícius/MMA seria apresentada a lista preliminar com dos especialistas. Prosseguindo chamou o Sr. Vinícius/MMA para realizar a apresentação a respeito da Portaria 445/2014, informes e questões referentes a Portaria.

Sr. Vinicius Scofield/MMA: desejou bom dia a todos, se apresentou e explicou que o Sr. Roberto Gallucci havia solicitado uma apresentação sobre espécies ameaçadas. Falou que iria abordar 3 tópicos:

primeiro o que é uma espécie ameaçada e como se identificou essa espécie, depois quais são as principais espécies da bacia Amazônica, as ameaças, e por fim falar um pouco sobre a 445 e desdobramentos desde a publicação da Portaria e qual é a situação atual. Explicou que as listas são instrumentos de conservação podem orientar esforços tanto de conservação quanto de gestão. Explicou ainda que a lista de 2004 referente a IN 05 teve uma mudança que foi o uso de critérios internacionais para balizar e em 2014 o sistema que foi adotado é a melhor lista elaborada no Brasil, porque começa avaliando todos os vertebrados, todas as espécies de peixes conhecidas e descritas no Brasil foram avaliadas através dos critérios internacionais. Foram avaliadas, mais de 5.400 espécies, esse processo foi padronizado por normas, então garante que vai manter uma constância desse processo ao longo do tempo. Falou a respeito dos grupos de trabalho que foram criados e da instituição do painel de especialistas para discutir medidas em geral. Explanou que a suspensão judicial da 445 foi bem problemática, porque desmobilizou muitos grupos que estavam envolvidos em discutir as espécies e até em discutir possíveis flexibilizações.

Falou ainda, que no período de 1 ano entre janeiro de 2014 e junho de 2016 foi muito difícil manter a máquina de implementação da 445 rodando, porque existia a insegurança jurídica e Portaria retorna 18 meses depois. A situação atual é que a Portaria 445 esta vigente após a sentença judicial, se passaram 18 meses para a adaptação de todo o setor desde a publicação da Portaria e algumas medidas, como existia alguma incerteza jurídica, foram discutidas novas medidas e estão sendo encaminhadas, então deverá haver uma nova prorrogação para um conjunto muito limitado de espécies, essas espécies que foram definidas a partir da categoria de ameaça, características do ciclo de vida, indicadores de principal ameaça, então especialmente se a pesca não é a principal ameaça, isso foi considerado nessa sub-lista e foi avaliado também se já havia alguma previsão de uso que fosse compatível com a recuperação. Explanou ainda que foram definidas 14 espécies, dessas 7 são amazônicas, então a previsão, é que para essas espécies hajam mais 6 meses de prorrogação para adaptação, e para aqueles que já tem estoques capturados dessas espécies, eles poderiam comercializar em até dois meses, desde que declarado antes, irá ser editada uma nova norma regulamentando.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: agradeceu ao Sr. Vinícius pela apresentação e pelos os esclarecimentos referentes a 445

Sr. Roberto Gallucci/MMA: além do Sr. Vinícius/MMA, estavam presentes o Sr. Henrique Anatole/IBAMA e o Sr. Urbano/ICMBio outros representantes do IBAMA e do MMA que podem participar do debate e ajudar a responder alguns questionamentos.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: em relação ao tambaqui que geneticamente é um banco único o mesmo na bacia amazônica toda. Perguntou como é que a genética está entrando nessa da ameaça? Qual é o impacto da barragem de Santo Antônio, daqueles estoques ali para a gente saber? Falou que é preciso saber se esses estoques são iguais ao do anterior e perguntou o que estão usando para marcar geneticamente?

Sr. Vinicius Scofield/MMA: muito interessante à pergunta, e respondeu que a parte da genética não é avaliada quantitativamente de forma independente ali no método, mas vai ser considerada em alguns exemplos como os da barragem são muito interessantes. Pois geralmente quando você coloca a barragem você fragmenta aquela população, então a população fragmentada vai está mais fragilizada a várias outras variações ambientais ou a níveis de exploração. Isso pode ser considerado, se essa espécie está muito fragmentada e sobre pressão, isso vai ser considerado, têm critérios para isso, ou se ela está depauperada geneticamente ela também está muito mais suscetível a outras variações naturais, uma doença qualquer, ela está muito suscetível, isso pode ser usado para prever declínio no futuro. Deu exemplo que se uma espécie está sobre exploração intensa, além disso, ela está depauperada geneticamente, pode estar sendo degradada por poluente industrial. Isso vai ser considerado, pode ser possível que gere uma previsão de redução de população maior do que existiria se fosse uma população saudável.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: complementando o que o Vinícius falou, a questão da localidade, o peso da ameaça é muito grande, se população está sendo fragmentada isso entra como um critério que pesa bastante na questão do grau de ameaça. Ressaltou que todos os dados, referências e estudos que

embasaram o processo de avaliação, estão registrados e sendo devidamente processados para serem disponibilizados no futuro. Falou que é importante ressaltar que a UCN está no processo e o Brasil está às vésperas de começar isso, e não ficar só no aspecto da espécie, mas proceder a avaliação de ecossistemas e isso deve permitir que tenhamos estratégias um pouco mais amplas para abarcar contextos maiores, para não pensar que para cada espécie tem uma ação, na realidade você tem grupos de espécies, se olhar o mapa de espécies ameaçadas de peixes na Amazônia, vamos ver que têm agrupamentos que estão associados a hidroelétrica do Xingu, no Araguaia/Tocantins e etc que na realidade é o ecossistema que está ameaçado.

Sr. Geraldo Bernadino/FAEP/BR: importante observar a região do pantanal mato-grossense, temos uma espécie que é muito importante que é o pacu, que tem banco genético diferenciado, embora os sistemáticos considerem como a mesma espécie, em termo de características sistemática, mas geneticamente é diferenciado, o que pode estar relacionado ao repovoamento.

Sr. Roberto Gallucci/MMA: aproveito o comentário do Bernardino, essa discussão é importantíssima retomarmos, não especificamente só sobre a questão de avaliação de espécies ameaçadas, mas na questão da gestão e do ordenamento mesmo. Falou que precisamos virar a página e sair daquele conceito do passado de que todo o peixamento, todo o repovoamento, independente de como ele é realizado, ele gera ganhos, não é verdade, precisamos retomar essa discussão na questão do ordenamento, também.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: durante muito tempo e até o momento continuamos focado só na espécie e esquecendo o restante que está no entorno da mesma, às vezes o problema não é a espécie em si, infelizmente no caso de Belo Monte simplesmente colocaram um barramento em cima dos principais locais de alimento das espécies.

Sr. Ediano de Souza/SEDAP: me parece que não foi contemplado a gurijuba, o pargo e o bagre, essas três espécies, estão na categoria vulnerável, então embora elas não sejam, com exceção do pargo, o maior volume de captura de pescado, mas indubitavelmente ele faz parte da fauna acompanhante de outras pescarias, na pescaria da piramutaba vai vir bagre, inclusive o bagre que lá está constando como vulnerável, é hoje em volume de pescaria a maior pescaria do Estado do Pará, levando em consideração a frota industrial e a frota artesanal que praticamente divide a captura desses estoques.

Sr. Vinicius Scofield/MMA: o pargo e o gurijuba estão na medida também.

Sr. Koji Takemura/ACEPO-PA: realizou observações em relação a área de abrangência das espécies, *Peckoltia compta*, e *Scobinancistrus aureatus*, e solicitou calma na avaliação do *Scobinancistrus aureatus*.

Sr. Dilcyo Porto/ACEPO-PA: agradeceu ao Vinicius por compartilhar as informações, e falou que ao observar a 445 pelo aspecto legal em que você traz uma propositura de considerar o período de suspensão como período de adaptação, isso é uma extensão do conceito extramente perigosa porque enquanto suspenso a atividade permanece, não o período de adaptação, o período de adaptação está suspenso sob a perspectiva de diversos legalistas. Não há que se considerar o período de suspensão como período de adaptação, período de adaptação tem que recomençar a partir do momento em que haja o início da suspensão desse efeito suspensivo anterior. Falou ainda, toda vez que a gente suspende uma operação legal, uma atividade legal de um peixe, a gente incentiva a atividade ilegal desse peixe ou de qualquer outra coisa.

Sr. Walzenir Falcão/CNPA: falou que a CNPA juntamente com a Conselho Nacional das Indústrias estará recorrendo. Explicou a respeito da Portaria Interministerial nº 192/2015 e falou que o que está se falando na reunião não é o que a SAP está fazendo e mencionou um Parecer que foi elaborado pela SAP. Falou ainda a respeito dos problemas ocasionados pela 192 ao setor pesqueiro e os trabalhadores da pesca. Solicitou que aos membros do CPG, que ao aprovar qualquer encaminhamento pense também na questão econômica e social. Falou ainda que não é contrário a proteção e deu exemplo a respeito do jaraqui, das discussões que ocorreram no Amazonas.

Sr. Urbano Lopes/ICMBio: falou a respeito de construir consensos, ressaltou que o que o Vinicius apresentou, já seria um primeiro consenso, pois ninguém quer o declínio das espécies, não só por um motivo ambiental, mas por um motivo econômico. Falou também a respeito da estatística pesqueira na Amazônia em relação aos peixes ornamentais e da parceria que o CEPAM está estabelecendo com o Projeto Piaba em relação a um banco de dados.

Raimundo Reis Nobre/OCB: tem que ter consenso, o conhecimento empírico e científico tem que trabalhar junto, esse é o caminho é esse caminho.

Sr. Raimundo Queiroz/CONFREM: pesquisador também tem que ver o lado do pescado, pois os pescadores principalmente os pescadores comunitários, eles visam muito a questão da sustentabilidade. Falou também é um caminho que tem que trilhar e começar uma coisa que nunca aconteceu que é justamente ouvir a parte dos pescadores.

Sr. Paulo Sampaio/ABIPESCA: as palavras do Presidente da Confederação são muito pertinentes, assim como as palavras do Urbano, o caminho é esse de consenso progressivo, mas em termos práticos eu pergunto ao MMA é possível já que já existe a lista, já existe a legislação aí em litígio, certo? Em termos práticos é possível ainda ser alterado essa lista? Como poderia dar a início a esse consenso, a essas discussões? Estamos falando das ideias, mas precisamos de um exemplo, uma situação concreta que precisa de uma ação? Como ficaria essa ação a partir desse consenso progressivo proposto pelo Vinicius, pelo Urbano e pelo Walzenir como ficaria em termos práticos? Existe essa possibilidade jurídica o MMA está aberto essa discussão?

Sr. Roberto Gallucci/MMA: o Henrique Anatole vai começar a tratar um pouco dessa resposta e depois eu complemento.

Henrique Anatole/IBAMA: pediu desculpas por não poder comparecer ontem, falou que é coordenador, de recursos pesqueiros do IBAMA. Falou ainda, a medida que estamos discutindo a forma como essa lista foi construída, os critérios em especial o que é ameaçado ou não, estamos perdendo tempo de debate efetivo do ordenamento e do uso dessas espécies. Propôs um direcionamento, na lista de espécies ameaçadas temos um conjunto de critérios pré-definidos advindos do critério nacional que se aplicam a esse conjunto de critérios atividades a melhor informação disponível no momento não pode ser usada à medida que se acrescenta mais é a maior parte das espécies a carência de informação é muito grande, mas é preciso tomar uma decisão e se toma com aquela que é a melhor informação disponível no momento, e a partir da aplicação desses critérios com a melhor informação disponível se estabelece a lista. A lista não é um ato político, é um levantamento estritamente técnico, então essa lista que está aí não cabe discussão de inclusão ou não dentro dos critérios utilizados e das informações naquele momento, cabe revisão da lista dentro do processo de revisão que está sendo está sendo produzido rotineiramente pelo pessoal do ICMBio na medida que mais informação seja aportada, cabe a revisão.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: explanou que o tema referente ao Acordo de Pesca ficará para a próxima reunião do CPG e informou que a previsão da próxima reunião do CPG ocorrer em março de 2017. Realizou a leitura da lista final com os nomes dos especialistas: Carlos Edwar de Carvalho Freitas; Carolina Rodrigues da Costa Doria; David Gibbs McGrath; Efrem Jorge Gondim Ferreira; Elineide Eugênio Marques; Igor David da Costa; Jansen Alfredo Zuanon; Júlio César Sá de Oliveira; Keid Nolan Sousa; Leandro Melo de Sousa; Lisandro Juno Soares Vieira; Maria Angélica Corrêa Laredo; Luis Mauricio Abdon da Silva; Mauro Luis Ruffino; Miguel Petreire Júnior; Ricardo Ângelo Pereira de Lima; Ronaldo Borges Barthem; Sanny Maria de Andrade Porto; Urbano Lopes da Silva Junior; Vandick da Silva Batista e Victoria Judith Isaac Nahum. Em seguida prosseguiu com os encaminhamentos.

ENCAMINHAMENTOS

01 - Encaminhar considerações à minuta de regimento interno do CPG Norte.

Prazo: 15 dias.

Responsável: membros CPG.

02 - Publicação da composição do Subcomitê Científico.

Prazo: 10 dias.

Responsável: MAPA.

03 - Enviar aos membros do CPG para conhecimento/considerações/contribuições os documentos oriundos da Oficina realizada em Manaus/2015 referente à revisão dos defesos.

Prazo:

Responsável: MAPA.

04 - Criação de 1 câmara técnica ornamentais e 1 câmara técnica de pesca amadora.

Prazo:

Responsável: MAPA.

05 - Constar no regimento interno do CPG Norte como seria o funcionamento das câmaras técnicas.

Responsável: MAPA.

06 - Discutir a questão de cotas para o aruanã.

Prazo: pauta para a próxima reunião.

Responsável: MAPA.

**07 - Garantir que nas revisões da Portaria MMA nº 445-2014 haja participação do setor pesqueiro.
08 - Providenciar que o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica – CEPAM/ICMBio seja o repositório e Gestor de dados científicos para o CPG Norte.**

Responsáveis: MAPAMMA/ICMBio.

09 - Encaminhar a demanda sobre a revisão da Portaria IBAMA nº48/2007 - Bacia Amazônica para discussão no âmbito do Subcomitê Científico do CPG Norte.

Responsáveis: MAPA/MMA/ICMBio.

Sra. Jeanne Gomes/SAP/MAPA: após os encaminhamentos agradeceu a participação dos membros e encerrou a reunião.

Transcrita por: Emerson Rayol, Thiago Dutra e Alan Santiago.

Memória redigida por: Jeanne Gomes.